

Empresário apóia Tancredo mas está atento à inflação

São Paulo/Fotos de Isaias Feitosa

São Paulo — O Governo Tancredo Neves sobe a rampa do Palácio do Planalto com um voto de confiança e credibilidade dos empresários. Tudo isso poderá, no entanto, ser turvado, se não houver uma resposta satisfatória ao problema econômico que mais preocupa a nação: a taxa inflacionária.

Com a Nova República e a mudança do quadro institucional, os empresários querem a abertura de novos canais de comunicação com o poder — seja com o Legislativo ou com o Executivo. Na nova fase da vida política brasileira, pode-se, assim, esperar o fortalecimento das entidades empresariais e a institucionalização do lobby como instrumento legítimo da defesa de interesses.

Reunidos em debate promovido pelo JORNAL DO BRASIL, os presidentes do grupo Bamerindus, José Eduardo de Andrade Vieira; do grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter; da Anderson Clayton, Donald Wilson; da Brasilpar Participações, Roberto Teixeira da Costa; e o empresário e professor Celso Lafer mostraram que não esperam soluções miraculosas e rápidas para os problemas econômicos do país.

Exigem, no entanto, que o governo se mostre capaz de gerir a máquina governamental e que estabeleça prioridades nos seus gastos. Os projetos de longo prazo devem ser deixados para uma segunda etapa.

Ainda no plano econômico, eles são unânimes ao reivindicar a retirada maciça do Estado da atividade econômica. Consideram a ingerência estatal danosa aos seus negócios. Pedem não só a desestatização das empresas públicas, como o recuo do governo na regulamentação da economia. E pontificam que a lei de livre-mercado, a democracia econômica são as bases para uma democracia política efetiva.

Conscientes de que o país irá atravessar um período conturbado no campo trabalhista, os empresários ainda não assumiram uma postura definitiva diante da proposta de pacto social. Mostram-se dispostos a atender a chamados do governo para o equacionamento dos problemas nacionais, mas consideram que as empresas já deram a sua cota de sacrifício. De qualquer forma, teoricamente, condicionam a sua adesão ao pacto à queda da taxa inflacionária ou à criação de medidas que levem a crer que essa redução será possível.

Na esfera política, os empresários aconselham cautela ao novo governo, principalmente no que se refere à convocação da Constituinte. Como diz Roberto Teixeira da Costa, "o sucesso da Constituinte irá depender do sucesso daquilo que se chama o primeiro tempo do Governo Tancredo Neves. Assim, é preciso, antes da convocação, que se criem condições para que a sociedade brasileira se organize e se prepare para o debate e a discussão, de tal forma que se possa obter a maior representatividade possível nas propostas formuladas".

"Por que não deixar a Constituinte para 1987?", pergunta Celso Lafer.

"No Brasil, o potencial do mercado de capitais foi meramente raspado".

(Teixeira da Costa)

Não há fórmulas rápidas e miraculosas que permitam a resolução imediata dos problemas econômicos brasileiros, acumulados ao longo do tempo. Os empresários reconhecem — e temem — o excesso de expectativas criadas em torno do Governo Tancredo Neves. O Governo precisará, sem dúvida, de tempo para arrumar a casa, como observa Roberto Teixeira da Costa. Mas necessita, também, manter o clima de confiança e credibilidade e atacar, impiedosamente, os dois inimigos públicos número 1: a inflação e a incerteza.

O controle inflacionário é essencial, inclusive, para o prosseguimento da evolução do quadro político. "É extremamente difícil estabelecer instituições modernas e claras, obter uma definição política e social, com o desvirtuamento que a inflação provoca", ressalta Jorge Gerdau. A inflação tumultua, também, o horizonte dos investimentos pela incerteza que provoca no investidor. "Tenho dificuldade em distinguir entre proteção e especulação. Todos estão preocupados em proteger os seus negócios e suas posições por temor do que possa acontecer" — observa Donald Wilson, que teme, ainda, uma nova onda inflacionária no segundo semestre. "Estamos apreensivos porque o Governo terá que mexer com uma situação artificial mantida há anos" — explica.

Ao lado do combate à inflação e da eliminação da incerteza, os empresários defendem um redirecionamento das prioridades oficiais. Concordam que projetos de maturação mais longa — ou mesmo de médio prazo — devem ser deixados mais para diante, quando o ímpeto inflacionário estiver contido. Agora, o segredo está em atacar apenas os projetos de maturação rápida. "Eu falaria em educação, saúde, transporte", diz Celso Lafer, lembrando que esses são setores carentes dentro da estrutura brasileira. Mais do que redirecionar prioridades, a precaução deve ser não gastar mais do que arrecada. E, para isso, é imprescindível a unificação dos orçamentos.



No debate, a partir da esquerda, Gerdau, Lafer, Andrade Vieira, Wilson e Teixeira da Costa

"Economia é a diferença entre o que se ganha e o que se gasta. E é essa economia — a da moeda sadia — que precisa existir para que se possa investir. Investir dinheiro emprestado é um desastre" — assegurou o banqueiro José Eduardo Andrade Vieira.

■ Donald Wilson — "A inflação brasileira é o resultado do excesso de gastos do setor público. Está claro que a única solução está na redução dos gastos e no redirecionamento das prioridades. Mas o Governo precisa, também, traçar um plano de longo prazo, um organograma que balize sua ação".

"Não foram os juros que produziram a inflação. Eles evidenciam a inflação e integram um círculo vicioso. Também os banqueiros são vítimas desse círculo vicioso.

"Enquanto tivermos uma inflação alta, juros excessivos e, diante da incerteza, nos sentiremos impossibilitados de aprovar programas de investimentos, não teremos sucesso no relançamento da economia".



□ DONALD WILSON — presidente da Anderson Clayton, nasceu nos Estados Unidos mas se considera brasileiro, pois está no Brasil desde o início da década de 60. Foi o criador dos planos de investimento da empresa no país, com aplicações que chegam a 20 milhões de dólares anuais. Defende a necessidade de o Brasil adotar uma política de livre-mercado.

"Na iniciativa privada, o fator fundamental é a existência de lucros. Uma empresa privada não serve a ninguém: nem a seus empregados, nem aos consumidores, nem aos fornecedores, nem ao Governo e, tampouco, a nossa querida Receita Federal".

"Como membro do setor estrangeiro — o refúgio a opinião de outras companhias estrangeiras — garanto que vamos continuar colocando dinheiro aqui".

■ José Eduardo Andrade Vieira — "O Governo precisa eliminar algumas taxas exorbitantes. O IOF e o Finsocial podem e devem ser reduzidos".

"Eu não concordo com o tabelamento de juros. A medida pode surtir efeito durante 30 dias. Mas, depois, seria um desastre. Na hora de liberar as taxas, haveria uma nova explosão".

"Não acredito que vetar o desenvolvimento de novos programas ou investimentos estatais deságüe em recessão. De qualquer forma, será difícil viver uma recessão pior do que a que já tivemos. Sem combater a inflação, não vamos construir nada de permanente ou duradouro".

"É preciso promover uma reforma tributária que distribua melhor o ônus. Hoje todos pagam muito, uns pagam demais e ninguém sabe para onde vão esses recursos. Falo em uma reforma para baixar os juros.

"A economia paralela está funcionando em alta escala, com uma perda enorme de arrecadação, por causa da inflação".

"No que se refere à área financeira, o Governo deveria determinar uma menor intervenção do Banco Central nas políticas bancárias, devolver

aos bancos a prerrogativa de poder decidir para que setores da economia irão canalizar os seus recursos, deixar as leis de mercado funcionarem".

■ Roberto Teixeira da Costa — "Um dos efeitos mais perversos da inflação foi o encurtamento do horizonte do investidor. Dentro do quadro de incerteza e do temor da própria moeda, nenhuma pessoa está disposta a comprometer sua poupança a médio e longo prazo".

"A euforia vivida pelo mercado de ações nos dois últimos anos foi provocada, inclusive, por um objetivo extremamente imediatista. O investidor comprou ações muito mais como proteção de valor e na expectativa de uma valorização imediata, do que para obter dividendos e apostar no potencial das empresas".

"Os empresários estão preocupados com a questão social e com a necessidade de gerar novos empregos. A geração de empregos pressupõe investimentos. Investimento pressupõe uma expectativa de estabilidade.

"O governo precisa expor regras claras à sociedade e ter uma política de curto prazo para atacar a inflação. Deve acenar, também, com uma política de médio e longo prazo que restitua às pessoas a confiança em investir.

"Nunca vi empresas com tanta liquidez, com tanta poupança e tão em dúvida sobre se devem ou não investir no seu próprio negócio. Há três anos, o número de pessoas que nos procuravam para discutir novos projetos era o dobro do que é hoje".

■ Jorge Gerdau — "O grande problema do Brasil ainda é a miséria absoluta, o marginalismo, o menor abandonado. Devemos dar muito mais atenção à busca de criação de empregos do que a qualquer outro aspecto".

"Estamos convencidos de que a livre iniciativa é o instrumento para buscar maior e melhor justiça social".

■ Celso Lafer — "Todos nós somos defensores indiscutíveis do papel da economia de mercado como caminho para a solução de problemas nacionais e internacionais. Mas, sem normas de conduta, fica impossível estruturar a ordem social.

"O empresário tornou-se eficiente. A ineficiência do Governo é medieval."

(Jorge Gerdau)

"Além da dimensão de mercado, existem outras reivindicações que podem e devem ser feitas política e democraticamente. Hoje, um dos pontos mais importantes da discussão deve ser como encaminhar essas reivindicações para que elas não gerem nem a ineficiência nem o paternalismo.

"Dadas as condições de desigualdades que prevalecem no Brasil, parece-me que a ideia da atenuação dessas diferenças é um dos pontos de partida.

"A preocupação com o redistributivo é um dado inarredável da reflexão que todos nós temos de fazer, como brasileiros interessados na sobrevivência de um regime de livre empresa no país. Através do critério distributivo, teremos uma ampliação do mercado e da economia de mercado no Brasil".

Com o fim do paternalismo e dos créditos subsidiados, ficaria ainda mais premente a necessidade de eficiência empresarial. De uma forma geral, os empresários reconhecem que os anos de dificuldades econômicas — marcados pela alta dos juros e pelo encolhimento dos mercados — acabaram levando as empresas a uma busca maior de eficiência.

A eficiência, no entanto, não é uma questão restrita ao universo micro das empresas. Ao contrário, tem de ser estendida à economia como um todo. Como diz Celso Lafer, "a noção de eficiência é uma das dimensões fundamentais do capitalismo".

Tal constatação leva, também, a uma modificação profunda na postura empresarial. Os empresários aprenderam o gosto amargo do paterna-

lismo oficial e dos créditos subsidiados. "Artificialidade traz artificialidade. Daqui para frente, queremos dialogar com o governo em termos de eliminar irrealismos" — afirma Donald Wilson.

O empresário não quer mais o governo opinando nos seus negócios. Teme o contágio da ineficiência estatal. "Os benefícios dos créditos oficiais são menores do que os ônus" — constata Jorge Gerdau, ao identificar um descompasso entre o grau de eficiência atingido pelo setor privado e a ineficiência do Estado que não se ajustou, em alguns serviços que oferece, à estrutura de um país moderno.

Na conta de negativos, a crise econômica deixou, para as empresas brasileiras, uma situação de endividamento preocupante que elas tentam, agora, reverter. Como lembra Roberto Teixeira da Costa, o endividamento foi estimulado pelo próprio governo que incentivou a captação de recursos no exterior e instituiu os juros negativos durante um certo período econômico. "O próprio governo, no Brasil, ajudou a firmar a ideia de que



□ JORGE GERDAU JOHANNPETER — presidente do grupo Gerdau e ex-diretor do Instituto Brasileiro de Siderurgia, foi um dos responsáveis pelo início das exportações de aço brasileiro. Lutou muito pela modernização da indústria siderúrgica brasileira. Gerdau é um dos mais ferrenhos defensores da desestatização. Seu grupo planeja exportar, este ano, 100 milhões de dólares.

se endividar era um bom negócio" — concorda José Eduardo Andrade Vieira.

● Donald Wilson — Sempre olhamos na direção do governo na hora de resolver nossos problemas. Afinal, o governo estava totalmente envolvido na nossa vida profissional. Mas não é com o governo colocando dinheiro no nosso negócio, que seremos mais eficientes.

A agricultura recebeu montanhas de dinheiro oficial e nem por isso o problema foi resolvido. Nós incentivamos promessas de produzir, em lugar de estimular produção realizada.

■ Jorge Gerdau — O empresário privado atingiu, no país, índices de eficiência e produtividade excepcionais. A crise econômica e os juros altos levaram o empresário a buscar maior produtividade e o exemplo está aí, na exportação.

Se o empresário tornou-se mais eficiente, o mesmo não acontece com o governo. A ineficiência do governo é quase medieval. Da empresa privada, o consumidor brasileiro tem uma resposta fantástica, a custo extremamente econômico. Nos serviços prestados pelo governo — educação, saúde e transporte, por exemplo — trabalhamos ainda em um regime quase medieval quando comparado ao setor privado. A estrutura governamental ainda não de ajustou a se um país moderno.

■ Roberto Teixeira da Costa — Um dos maiores problemas das empresas brasileiras não é tanto o endividamento, mas o perfil da dívida, mais centrado no curto prazo.

Os empresários brasileiros têm, hoje, ojeriza

ao endividamento. Há empresários que pensam em tocar seus projetos com 90% de recursos próprios e 10% de endividamento, o que é uma aberração.

Não há projeto economicamente viável com o empresário tendo que rolar uma dívida a cada 30, 60 ou 90 dias.

A saída é reestruturar as finanças das empresas, a fim de que sejam criados mecanismos viáveis de endividamento a longo prazo.

■ José Eduardo Andrade Vieira — Há vinte anos atrás, um bom banqueiro jamais emprestaria 80% do investimento ou do capital de giro para uma empresa. Mas isso aconteceu quando o sistema bancário, por excesso de dólares carregados pelos árabes com a crise do petróleo, passou a aplicar esse dinheiro e a conceder créditos.

Há cinco anos, ninguém mais considerava elevado dever 80% do seu investimento. Parte dessa mentalidade foi incentivada pelo governo, que acabou levando a uma demanda maior por dinheiro e a um encarecimento das taxas. Chegou a condicionar a tomada de empréstimos em cruzes a uma certa alavancagem em dólares. Os juros negativos também incentivaram o endividamento.

■ Celso Lafer — A eficiência das empresas brasileiras aumentou enormemente em função da crise. Mas deve-se avaliar, agora, se realmente existe uma certa obsolescência no parque industrial.

Tem-se que pensar em investimentos na área de informática, de automação industrial — todos projetos que envolvem recursos pesados.

A história da empresa brasileira revela, basicamente, dois mecanismos para o financiamento a investimentos: o autofinanciamento e o endividamento. Mas há um terceiro mecanismo a se utilizar: o mercado de capitais.

"Garanto que as empresas estrangeiras vão continuar colocando dinheiro aqui".

(Donald Wilson)

Cansados da intervenção do Estado na economia, os empresários consideram esse o maior ônus sobre a atividade econômica. Com a Nova República, eles reforçam a luta pela desestatização da economia. "O governo deve se retirar maciçamente da atividade econômica" — ressalta Jorge Gerdau, apoiado pelos demais empresários presentes à mesa-redonda.

A questão da ingerência estatal é, de longe, o ponto de maior concordância entre os empresários. A ação estatal, como a questão do controle de preços, acaba atuando em um dos mandamentos sagrados da livre iniciativa: a existência de lucros, como lembra Donald Wilson.

Os empresários querem que o estado recue da sua função de regulador, que abandone essa postura "paternalista e, ao mesmo tempo, ditatorial" sobre a economia, como sugere Gerdau.

Na esfera das empresas estatais, qualquer saída parece válida para devolver essas companhias ao público e desonerar o tesouro da sua necessidade infinta de recursos. "O governo deveria usar o mercado para privatizar as empresas estatais", aconselha Roberto Teixeira da Costa que cobra um aprimoramento e consolidação do mercado de capitais do novo governo.

■ Roberto Teixeira da Costa — "A ida das empresas estatais ao mercado de ações poderá prejudicar a captação das empresas privadas, partindo-se do pressuposto de que irão disputar o mesmo bolo da população. De qualquer forma, dentro de uma linha pragmática, entre ter-se uma empresa estatal financeiramente incompetente, praticando uma política de preços insatisfatória e tê-la capitalizada e com preços competitivos, acredito que essa última opção é mais saudável para a economia como um todo.

"No Brasil, o potencial do mercado de capitais foi meramente raspado. Na medida em que se obtiverem resultados sensíveis no combate à inflação, o mercado se tornará um elemento importante".

"A Inglaterra, a Holanda e outros países da Europa tiveram programas bem sucedidos de privatização. E mesmo aqui no Brasil. Quem imaginaria, há dois anos, que a Aracruz conseguiria colocar, em uma só tacada, 30 milhões de dólares de ações num leilão público?"

"Hoje o universo de empresas abertas ainda é muito restrito no Brasil. Apenas cerca de 900 companhias abriram seu capital até agora".

■ Jorge Gerdau — Dentro do conceito de desestatização, a principal questão está em desonerar a sociedade dos déficits das estatais. Nesse sentido, qualquer caminho é válido.

"A associação de grupos nacionais a grupos estrangeiros para a compra das estatais pode ser um modelo. Mas eu avanço até o ponto de sugerir que as ações das estatais sejam devolvidas ao público, seja através dos fundos de pensão ou de qualquer outro mecanismo que o mercado julgue adequado."

"O governo deveria usar o mercado para privatizar totalmente as empresas estatais. Esse é o modo mais democrático."

"Ao Estado cabe governar e não executar."